

HEGEL E O BELO ARTÍSTICO COMO MANIFESTAÇÃO DA LIBERDADE NA PINTURA HOLANDESA DA MODERNIDADE

Teodora Munerato Correia¹⁴⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a manifestação da liberdade na arte a partir da filosofia de G. W. F. Hegel, tomando como base a Filosofia da História e os Cursos de Estética, especialmente o volume I. Inicialmente, realiza-se uma caracterização da Antiguidade grega, compreendida como um momento em que a liberdade do espírito se expressa de forma sensível por meio da arte, em estreita relação com a natureza e a vida de um povo. Em seguida, discute-se a transição para a modernidade, marcada pelo desprendimento da arte em relação à Igreja e pela afirmação do espírito livre. Nesse contexto, a pintura holandesa destaca-se como um exemplo privilegiado da liberdade artística moderna, na qual temas cotidianos tornam-se objeto de contemplação estética. A partir da filosofia da história hegeliana, observa-se que essa forma artística representa uma reconfiguração da liberdade do espírito, agora consciente de si e de sua autonomia. Para aprofundar essa análise, recorre-se também às contribuições de Jacques Rancière e Ernst Gombrich, que auxiliam na compreensão da relação entre a pintura holandesa e o conceito hegeliano de liberdade artística.

Palavras-chave: Hegel. Belo artístico. Liberdade. Pintura holandesa. Modernidade.

Abstract: This article aims to analyze the manifestation of freedom in art based on the philosophy of G. W. F. Hegel, drawing primarily on *The Philosophy of History* and the *Lectures on Aesthetics*, especially Volume I. Initially, the study provides a characterization of Greek antiquity, understood as a historical moment in which the freedom of spirit is sensibly expressed through art, in close relation to nature and the life of a people. It then discusses the transition to modernity, marked by the emancipation of art from the Church and by the affirmation of the free spirit. In this context, Dutch painting emerges as a privileged example of modern artistic freedom, in which everyday themes become objects of aesthetic contemplation. From the perspective of Hegel's philosophy of history, this artistic form represents a reconfiguration of

¹⁴⁴ Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), licenciada em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFS (PPPGF/UFS) sob orientação do Prof. Dr. Marcos Fonseca Balieiro. Bolsista CAPES. E-mail: muneratoteodora@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7891-3525>.

the freedom of spirit, now conscious of itself and of its autonomy. To deepen this analysis, the article also draws on contributions by Jacques Rancière and Ernst Gombrich, which help to elucidate the relationship between Dutch painting and the Hegelian concept of artistic freedom.

Keywords: Hegel. Artistic beauty. Freedom. Dutch painting. Modernity.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar, a partir da *Filosofia da História* e dos *Cursos de Estética*, especialmente do volume I, de G. W. F. Hegel, de que modo a liberdade do espírito se manifesta na modernidade, com ênfase no fazer artístico da pintura holandesa. Para tanto, faz-se necessária, inicialmente, uma breve caracterização da Antiguidade grega, que servirá como paralelo para a compreensão da temática proposta, bem como da modernidade.

Nesse sentido, observa-se que a história grega apresenta, desde seus primórdios, um processo de diversificação, com destaque para a região da Ática, onde, segundo Hegel (2008, p. 192), o povo alcançou “o mais alto nível do florescimento grego”, tornando-se refúgio das mais diversas tribos e famílias. A liberdade do espírito grego encontra-se vinculada a um estímulo proveniente da natureza, na medida em que o espírito “remodela o natural para a sua expressão” (Hegel, 2008, p. 201), como se evidencia, por exemplo, na transformação da pedra em escultura. Nessa relação, o espírito adquire consciência de sua liberdade, ainda que mediada pela materialidade natural.

Com o término do longo período que caracterizou a Idade Média, a arte e a ciência passam a se desprender da tutela da Igreja, afirmando-se como formas de conhecimento particulares. A arte, oriunda do livre espírito, torna-se, assim, um meio privilegiado de sua manifestação, retomando, sob novas condições históricas, o enaltecimento do humano e de sua formação. Desse modo, a história moderna pode ser compreendida em consonância com o “impulso descobridor” identificado por Hegel (2008), no qual o espírito alcança uma consciência mais plena de sua liberdade.

Por fim, ao longo da exposição, recorre-se também às contribuições do filósofo francês Jacques Rancière e do historiador da arte austríaco Ernst Gombrich, a fim de elucidar a relação entre a pintura holandesa e o conceito hegeliano de liberdade artística.

O lugar da obra de arte na história

Inicialmente, faz-se necessária uma breve abordagem da Antiguidade grega, a fim de fundamentar as reflexões que se seguirão. Atenas, cidade-estado situada na região da Ática, constitui um cenário central para a história da arte. Segundo Gombrich (2018), a partir da criação de esculturas em pedra, os artistas gregos retomaram elementos da tradição egípcia, mas, progressivamente, afastaram-se de seus modelos rígidos ao se dedicarem à experimentação formal, relegando as técnicas anteriores a um segundo plano.

No que se refere à pintura, pouco se conserva desse período, e o conhecimento que se tem provém, sobretudo, de registros escritos e da observação da cerâmica grega. Nesses suportes, temas heroicos e mitológicos, aliados à imaginação dos artistas, revelam um processo de renovação artística, marcado por avanços na organização do espaço e na sugestão de profundidade nas cenas representadas. Tais transformações configuram um momento significativo na história da arte, ainda que permaneçam, em certa medida, vinculadas a aspectos da tradição egípcia de representação, como ilustrado na Figura 1.

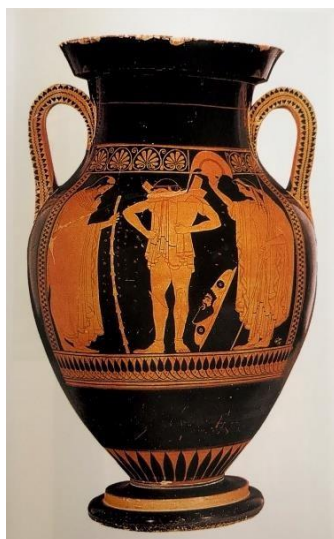


Figura 1: “A despedida do herói”
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

A percepção da forma e a liberdade de criação marcam a importância que a arte grega exerce sobre os séculos que se seguem. Nesse contexto, a consciência do fazer artístico está diretamente relacionada à liberdade do espírito, conforme assinala Hegel:

deve-se ainda acrescentar que, uma vez que o espírito grego é esse escultor remodelador, ele está consciente de sua liberdade em suas criações, pois ele é seu criador e elas são a pretensa obra humana. Porém, essas criações não são apenas isso; são a eterna verdade e os poderes do espírito em si e por si, e não criadas como tal pelo homem. (HEGEL, 2008, p. 201).

A partir dessa perspectiva, observa-se que, em determinado momento, a arte grega ultrapassa seus próprios limites formais. Em razão dessas transformações na percepção estética, a prática artística se renova, em consonância com o surgimento da filosofia e da ciência. A natureza passa a configurar-se como estímulo para a liberdade do espírito, à medida que o pensamento começa a agir sobre ela e a tomá-la como objeto de reflexão de si mesmo.

Nesse processo, a escultura e a pintura tornam-se temas centrais das discussões entre os artistas. O ofício artístico — entendido aqui como o próprio fazer da arte — passa a ser reconhecido como uma atividade elevada, equiparável à literatura e ao teatro, no momento em que os artistas adquirem consciência de sua competência técnica e expressiva. Para além das necessidades inerentes à natureza humana, abre-se espaço para o desejo de mostrar e aprimorar as técnicas artísticas. A volta para si e a representação da capacidade do corpo humano, como ilustrado na Figura 2, auxiliam nesse percurso de reconhecimento, pois, conforme afirma Hegel (2008, p. 340), “a técnica aparece quando existe a necessidade”.



Figura 2: “Discóbolo”
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

Esse processo pode ser igualmente observado na arte da modernidade. Torna-se necessário considerar o contexto histórico em que essa arte se desenvolve, pois, assim como ocorreu na Grécia antiga, há uma renovação do fazer artístico, e não um abandono total da técnica ou dos modos de produção anteriores. Os acontecimentos da vida cotidiana, bem como

a retomada de temas do passado sob novas interpretações, passam a marcar de modo decisivo a arte moderna, refletindo discussões próprias de seu tempo.

Do ponto de vista da representação, esta já não se mostra suficiente para responder às exigências do período moderno, que constitui o foco desta análise. Os temas dos heróis, dos deuses e das figuras míticas da Antiguidade grega não possuem mais o mesmo significado, passando a ser compreendidos historicamente, como expressões de um tempo e de um lugar determinados. Aquilo que anteriormente se integrava à vida humana — na qual o cotidiano e o divino se entrelaçavam — passa, na modernidade, a ser separado da experiência imediata, adquirindo um caráter histórico e reflexivo.

Essa tensão entre a permanência e a ruptura, bem como entre a mistura e a separação dos tempos históricos, pode ser observada em uma gravura do artista germânico Albrecht Dürer (1471–1528), apresentada na Figura 3. Em sua obra, Dürer concilia passado e presente por meio do estudo rigoroso das formas, da experimentação técnica e da ampliação de seus procedimentos artísticos, incorporando tais elementos às suas composições.



Figura 3: “Adão e Eva”
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

Para complementar a análise da Figura 3, recorre-se às considerações de Gombrich (2018, p. 262), que afirma:

Ele mesmo dizia que sua intenção era dotar a prática imprecisa de seus ancestrais (que haviam criado obras vigorosas sem um claro conhecimento das normas da arte) de

fundamentos sólidos e transmissíveis. É instigante acompanhar os experimentos de Dürer com as várias leis da proporção, vê-lo distorcer deliberadamente a figura humana, desenhando corpos demasiado longos ou largos, a fim de encontrar o equilíbrio e a harmonia corretos. (GOMBRICH, 2018, p. 262. Grifo do autor).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a obra de arte não se apresenta como algo exterior ou estranho ao sujeito histórico que a produz. Enquanto ser dotado de razão, o indivíduo só é capaz de criar aquilo que pode compreender, de modo que a obra artística se configura como expressão inteligível de seu tempo. Nesse sentido, a arte não exige do observador um saber erudito externo a ela mesma, pois sua significação encontra-se inscrita em sua própria forma.

Enquanto produção humana, a obra de arte reúne, simultaneamente, elementos de objetividade e subjetividade, constituindo-se como fruto do espírito de sua época. Em termos hegelianos, trata-se de uma forma de exteriorização sensível do espírito, por meio da qual este se reconhece historicamente e torna visível a racionalidade que orienta seu próprio desenvolvimento.

A representação sensível da ideia: o belo artístico e o belo natural

Nesta seção, busca-se expor os conceitos de belo artístico e belo natural a partir da estética hegeliana, a fim de justificar a superioridade do primeiro em relação ao segundo. Para Hegel, o belo natural pode ser exemplificado por fenômenos como o Sol, o qual é condição necessária para a existência humana e, em si mesmo, não se submete a juízos estéticos imediatos. A natureza, nesse sentido, não é produto do espírito, mas algo que existe independentemente dele, razão pela qual o belo natural ocupa uma posição inferior na hierarquia estética.

A noção de “superioridade” atribuída ao belo artístico está diretamente relacionada à participação do espírito em sua constituição. Somente aquilo que é produzido pelo espírito é capaz de manifestar a verdade, pois o belo artístico consiste na exteriorização sensível da ideia. Diferentemente da natureza, a obra de arte não apenas aparece aos sentidos, mas é portadora de significado, na medida em que expressa intencionalmente o conteúdo espiritual de seu tempo.

Embora a natureza possa despertar sentimentos e sensações no observador, essa experiência depende da relação estabelecida pelo próprio espírito, que nela se reconhece de modo imediato e não reflexivo. A arte, por sua vez, torna-se necessária ao espírito justamente

porque lhe permite alcançar uma forma de liberdade mais elevada, na qual ele se objetiva sensivelmente e se reconhece como livre em suas próprias produções.

Tomando como exemplo uma das *Madonas* (figura 4) do artista italiano Rafael Sanzio (1483–1520), busca-se elucidar o pensamento hegeliano acerca da manifestação do belo artístico enquanto expressão da liberdade do espírito. Nessa obra, o essencial consiste em estabelecer uma relação entre aquilo que se apresenta imediatamente aos sentidos e a interioridade espiritual que a figura expressa. A aparência sensível não se esgota em si mesma, mas remete à alma que nela se manifesta, revelando uma individualidade serena e reconciliada consigo mesma.



Figura 4: Rafael: Madonna del Granduca,
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

Tal compreensão é reforçada pela seguinte passagem de Hegel:

esta força da individualidade, é este triunfo da liberdade concentrada em si mesma, o que mais admiramos na tranquila serenidade das personagens criadas pelas obras de arte antigas. Isto não é apenas verdade para os casos em que a satisfação e a serenidade são obtidas sem luta, mas também para aqueles outros em que o sujeito sofre infelicidades que o dilaceram a ele e a toda a sua existência. Quando os heróis trágicos, por exemplo, são representados sucumbidos pelo destino, a sua alma regressa a eles mesmos como se dissesse: assim seja, Nunca o sujeito deixa de ser fiel a si próprio; renuncia ao que lhe foi arrebatado, mas não lhe foram arrebatados os fins que pretendia alcançar e é ele quem os abandona sem se perder perdendo-os. O homem destruído pelo destino poderá perder a vida, mas não a liberdade. É esta confiança

em si que lhe permite, na dor, manter e pôr à prova a calma e a serenidade. (HEGEL, 1999, p. 174-175).

Na obra de Rafael, tudo o que se apresenta está ligado à harmonia, à graciosidade e à serenidade. Pode-se compreender que, nesse contexto, o espírito se manifesta de maneira livre, concentrado em si mesmo e aberto à infinitude. A figura não depende exclusivamente de um tempo ou de um lugar determinados para manter seu sentido, pois sua verdade reside na forma espiritual que se exterioriza sensivelmente. Assim, a obra permanece válida em si mesma, enquanto expressão do belo artístico, na medida em que manifesta a liberdade interior do espírito.

A pintura holandesa

Na pintura holandesa, o fazer artístico manifesta-se de modo privilegiado, na medida em que o particular adquire valor universal. O que é transposto para a tela corresponde àquilo que o artista apreende de seu mundo imediato, no qual a vida comum passa a ser representada de maneira direta e despojada. O cotidiano, antes considerado um tema menor, torna-se digno de contemplação estética.

O que confere beleza a essas obras é a capacidade do pintor de exteriorizar sua interioridade de modo acessível ao espectador. Ao representar cenas ordinárias, o artista não se limita à mera reprodução da realidade, mas imprime nelas sua liberdade subjetiva, permitindo que qualquer indivíduo se reconheça na obra. Trata-se, portanto, de uma forma de liberdade artística que se realiza na percepção sensível do mundo cotidiano, como se observa na figura 5, do pintor holandês Jan van Goyen (1596–1656).



Figura 5: “Moinho à beira do rio”
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

Nesse sentido, o pensamento de Jacques Rancière aproxima-se da compreensão hegeliana da liberdade artística ao destacar a ruptura com a hierarquia tradicional dos temas. Ao tratar da representação de pessoas comuns, Rancière (2012, p.86) observa que “[...] essa representação de pessoas comuns e que se opõem à dignidade da pintura histórica como a comédia se opõe a tragédia[...]”, rompendo com os modelos consagrados pelos grandes mestres.

Essa mudança implica o reconhecimento de uma liberdade própria da obra e do artista, na qual o “qualquer um” pode ser representado, e a hierarquia temática é dissolvida, fazendo com que a obra se torne atrativa por si mesma. A pintura, nesse contexto, deixa de servir a finalidades religiosas ou à celebração de grandezas previamente estabelecidas, passando a existir como espaço de fruição estética autônoma. O “jogo das aparências”, como afirma Rancière, constitui-se, assim, como realização da liberdade do espírito. Tal compreensão é reforçada pela seguinte passagem:

A pintura é ainda a arte que se faz valer plenamente aqui onde não se trata mais de servir nenhum culto nem de celebrar nenhuma grandeza existente por si mesma: nenhuma força social há de buscar sua imagem em uma cena de aldeia; esta será vista pelo puro prazer “desinteressado” de disfrutar do jogo das aparências. E esse jogo das aparências é a própria realização da liberdade do espírito. (RANCIÈRE, 2021, p. 51. Grifo do autor).

A figura 6, do artista sevilhano Bartolomé Esteban Murillo (1617–1682), permite pensar essa liberdade em diálogo com diferentes tradições artísticas.



Figura 6: Crianças sem lar
Fonte: Gombrich (2018, s/n)

Sua representação de mendicantes exprime uma forma de despreocupação que pode ser compreendida como essência da liberdade: assim como os deuses da antiguidade, essas figuras parecem desfrutar da existência sem subordinação a fins externos, livres da vontade utilitária e das preocupações que regem a vida social ordinária (Rancière, 2021). Ainda nas palavras do filósofo francês, a noção de liberdade herdada da Grécia antiga desempenha um papel decisivo na formação do pensamento estético moderno:

Essa ideia da liberdade grega como conjunção da atividade suprema e do ócio perfeito, concebida pelo filho do sapateiro Winckelmann, nós bem sabemos como, no momento da afirmação francesa da vontade coletiva e das grandes festas comunitárias, ela alimentou, nos jovens Hegel, Schelling e Hölderlin, a ideia de uma verdadeira revolução que abolisse a mecânica fria do Estado e unisse uma filosofia transformada em poesia e mitologia à vida sensível do povo. (RANCIÈRE, 2021, p. 49).

A partir dessa perspectiva, compreende-se como a arte assume um papel central na mediação entre espírito e vida sensível, tornando-se um espaço privilegiado para a manifestação da liberdade. A retomada idealizada da Grécia não se dá como simples retorno histórico, mas como horizonte teórico que orienta a compreensão moderna da arte enquanto forma de reconciliação entre razão, sensibilidade e vida coletiva.

Considerações finais

O objetivo desta exposição foi elucidar o pensamento hegeliano acerca do belo artístico, sobretudo a partir de sua manifestação na pintura holandesa da modernidade, em diálogo com as contribuições de Jacques Rancière e Ernst Gombrich. Ao longo do percurso, buscou-se também resgatar, historicamente, a centralidade da Antiguidade grega como referência fundamental para discussões que articulam filosofia, ciência e, principalmente, arte.

A partir da filosofia da história de Hegel, compreende-se que a razão governa a história¹⁴⁵ e que esta revela, em seu desenvolvimento, a ação do espírito. Nesse sentido, a arte ocupa um lugar privilegiado, pois o espírito necessita se exteriorizar e aparecer sensivelmente. A obra de arte torna-se, assim, o meio pelo qual o espírito se objetiva e se reconhece como livre.

É justamente por essa capacidade de manifestação da verdade espiritual que o belo artístico se mostra superior ao belo natural. Na pintura — e de modo exemplar na pintura holandesa — essa liberdade se realiza na elevação do particular ao universal, na dignificação do cotidiano e na autonomia da obra em relação a fins externos. Desse modo, a arte moderna

¹⁴⁵ Ela é necessária — não pode ser de outra maneira; tinha e tem que ser assim — e é racional.

confirma-se como expressão verdadeira da liberdade do espírito, na qual forma, conteúdo e interioridade se reconciliam sensivelmente.

Referências bibliográficas

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Tradução: Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

HEGEL, G. W. F. *Estética*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Tradução: Maria Rodrigues e Hans Harden. 2ª. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Título original: *Philosophie der Geschichte*.

RANCIÈRE, J. Tradução: Mônica Costa Netto. In: CAPISTRANO, T. (Org). *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 79-100.

RANCIÈRE, J. *Aisthesis: cenas do regime estético da arte*. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz- São Paulo: Editora 34, 2021.